

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

IFIN

IFIN PARTICIPACOES S.A.

CNPJ/MF N° 40.593.395/0001-06

COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA Período findo em 31 de dezembro de 2022

Contexto Econômico

O cenário de transição política e econômica após as eleições presidenciais gerou volatilidade nos mercados. O país enfrenta desafios significativos para garantir a estabilidade econômica, incluindo a alta inflação e a pressão inflacionária em vários setores da economia. A equipe econômica deverá adotar medidas para controlar os gastos públicos, buscar uma política fiscal mais austera e promover reformas estruturais, tais como a reforma tributária e a reforma administrativa.

A economia brasileira tem apresentado sinais de recuperação, com um aumento no nível de atividade econômica e a geração de novos empregos. O setor de serviços tem liderado o processo de retomada, seguido pela indústria e o comércio.

Um fator importante que pode impulsionar a economia brasileira em 2022 é a retomada dos investimentos, tanto domésticos quanto estrangeiros. O Brasil tem apresentado um ambiente de negócios mais favorável, com a aprovação de reformas e medidas de estímulo ao empreendedorismo. O governo tem promovido leilões de concessão de infraestrutura, como rodovias, ferrovias e aeroportos, além de incentivar a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos para garantir a estabilidade macroeconômica e atrair investimentos estrangeiros. Além das questões mencionadas anteriormente, o país enfrenta um cenário político complexo, com incertezas em relação à continuidade das reformas e ao compromisso com a responsabilidade fiscal. Diante desse contexto, é fundamental que as empresas de investimento em participações acionárias adotem uma postura cautelosa e diversifiquem suas carteiras de investimentos, buscando oportunidades em setores resilientes e com perspectivas de crescimento a longo prazo.

O mercado de crédito privado no Brasil tem apresentado uma maior abertura e oferta de crédito, principalmente para pequenas e médias empresas. Com a queda da taxa Selic para patamares historicamente baixos, a busca por rentabilidade tem levado investidores institucionais a buscar alternativas de investimento no mercado de crédito privado. Além disso, a regulamentação do mercado de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) tem ajudado a impulsionar o mercado de crédito privado no país, oferecendo mais transparência e segurança jurídica para os investidores.

As emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) têm ganhado destaque no mercado financeiro brasileiro nos últimos anos. A perspectiva é de que o mercado de CRI e CRA continue em expansão em 2022, impulsionado pelo baixo custo de captação e pela crescente demanda por investimentos em ativos reais.

O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do BCB apresenta aumento de 2,90% no acumulado dos últimos 12 meses, até 31 de dezembro de 2022. Evidenciando a grande capacidade de adaptação e superação de questões macroeconômicas dos agentes econômicos.

Contexto Operacional

A IFIN Participações S.A. ("IFIN" ou "Companhia") foi criada com o propósito específico de emissão para emissão de debêntures. No dia 30 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, a administração da Companhia deliberou pela realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais).

No dia 16 de julho de 2021 a operação foi totalmente liquidada passando a operar com o aporte do investidor no montante de R\$ 550 milhões e conseqüente repasse dos recursos captados pela IFIN à contraparte.

A principal fonte de recurso da Companhia é a participação e investimento, por meio da aquisição de ações preferenciais (PN), na CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. ("Camastra"), sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Sala 14, Edifício Plaza São Lourenço, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ sob nº 39.744.262/0001-04 e a participação e investimento, de forma indireta, por meio de debêntures, em concessionárias de serviço público de saneamento básico.

As Ações Preferenciais representam um investimento total de R\$ 550.000 ("Preço das Ações Preferenciais") na Camastra, o qual corresponde na presente data-base à 32,08% (trinta e dois inteiros e oito centésimos por cento) do capital social total da Camastra, e 100% (cem por cento) das ações preferenciais de emissão da Camastra.

A Camastra é detentora de 100% das ações da ÁGUAS GUARIROBA S.A. ("Guariroba"), sociedade por ações devidamente constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, na Rua Antônio Maria Coelho, nº 5.401, Santa Fé, CEP 79.021-170, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.089.570/0001-50.

No período entre a emissão das debêntures e a presente data-base, a Companhia registrou os efeitos de pagamentos aos fornecedores para formalização da operação firmada e contabilização da mensuração das debêntures e sua atualização em linha com a estrutura financeira desenhada para a operação, bem como o reflexo do ajuste a valor justo dos investimentos registrados no ativo da Companhia.

A IFIN tem como principal função a participação na estrutura de captação de capital envolvendo as empresas Camastra (controladora) e Guariroba (controlada), capturando dados referente ao fluxo de pagamentos, taxas praticadas, nível de garantias e demanda por capital observadas mercado. Essa estratégia vai além da busca tradicional por resultado e totalmente alinhada com a estratégia “data-first” (foco em dados) do grupo em que a IFIN está inserida. Independente da clara estratégia focada em dados da Companhia cumpre esclarecer que o fluxo contratado de pagamento de dividendos é em muito superior aos custos operacionais e de manutenção da IFIN operacional, além disso, o grupo do qual a Camastra faz parte, demonstra excelente capacidade financeira para honrar o acordo de acionistas celebrado na efetivação da operação.

Outras informações

Relacionamento com auditores independentes

A partir do exercício 2022, em decorrência de aspectos exclusivamente comerciais, a BLB BRASIL Auditores Independentes que vinha prestando os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras desde o exercício 2020 foi substituída pela **BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda.**, que, em consequência, passou a realizar os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia.

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Virgo, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que – exceto pela contratação pontual da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. com a finalidade de elaboração dos laudos de avaliação necessários à incorporação de duas outras empresas integrantes do grupo - não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Em complemento, a companhia observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: **(a)** que o auditor não representa a companhia em quaisquer níveis; **(b)** que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria companhia, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e **(c)** que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos. Desta forma, a companhia considera estarem preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Os elementos acima descritos permitem à Virgo, tendo por base as suas iniciativas e as de outras entidades interessadas na consolidação do mercado secundário de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
IFIN Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da IFIN Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IFIN Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 e 7, as operações da Companhia envolvem partes relacionadas. Desta forma, o resultado auferido no exercício poderia ser diferente daquele que seria obtido caso fossem realizadas entre partes não relacionadas, ou partes independentes. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento e debentures

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3.2, 5 e 6, a Companhia possui investimento em ações preferenciais nominativas adquiridas pela metodologia prevista no acordo de acionistas, as quais foram dadas em garantia das debentures emitidas. Este investimento é considerado um investimento-chave para o atingimento de rendimentos que deverão suprir a atualização e liquidação das debentures emitidas, operações estas sujeitas a atualizações conforme premissas definidas no acordo de acionistas e escritura das debentures, sendo relevante a confirmação da titularidade destas ações. Devido a relevância destes assuntos e suas respectivas naturezas, consideramos estes como sendo os principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de existência, titularidade e valorização do investimento e das debentures incluíram, entre outros:

- Leitura e análise do Acordo de acionistas e Escritura das debentures para avaliação das premissas utilizadas para sua classificação e precificação;
- Verificação da acuracidade matemática dos cálculos, com seu recálculo, e adequado reconhecimento e registro das receitas e despesas oriundas destas transações;
- Comparação da posição financeira com a resposta de confirmação externa do investimento e das debentures, conferindo sua titularidade;
- Verificação dos recebimentos e liquidações ocorridas no exercício; e
- Avaliação das divulgações em notas explicativas incluídas no contexto das demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar os registros contábeis e as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independente, cujo relatório de auditoria foi reemitido em 6 de junho de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria daqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de abril de 2023.

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		47.709	50.057
Caixa e equivalentes de caixa	4	717	300
Investimentos ao custo amortizado	5	46.740	49.730
Contas a receber		240	21
Tributos a compensar		12	4
Ativos com Partes Relacionadas	7	-	2
Ativo não circulante		586.633	550.000
Investimentos ao custo amortizado	5	586.633	550.000
Total do ativo		634.342	600.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Circulante		46.169	49.864
Obrigações por emissão de debêntures		45.149	49.730
Debêntures emitidas	6	45.149	49.730
Outras Obrigações		1.020	134
Dividendos a pagar	10.2	111	64
Obrigações fiscais		1	9
Passivos com Partes Relacionadas	7	1	54
Fornecedores		21	7
Fundo de despesas	9	886	-
Passivo não circulante		587.839	550.000
Obrigações por emissão de debêntures		587.839	550.000
Debêntures emitidas	6	587.839	550.000
Patrimônio Líquido	10	334	193
Capital social	10.1	1	1
Reserva de lucros a realizar	10.2	333	192
Total do passivo e do patrimônio líquido		634.342	600.057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Operacionais			
Receita dos recebíveis adquiridos		-	149
Resultado operacional líquido de securitização		-	149
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	12	(221)	(258)
Despesas tributárias		(21)	(18)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(1)
Total de (despesas) receitas operacionais		(242)	(277)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(242)	(128)
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras		77.200	50.114
Despesas Financeiras		(76.770)	(49.730)
Resultado financeiro líquido	13	430	384
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		188	256
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	-	-
Lucro líquido do exercício		188	256
Quantidade de ações		1.000	1.000
Lucro por ação - R\$	11	187,85888	255,83258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	<u>188</u>	<u>256</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u><u>188</u></u>	<u><u>256</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros Acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2021	1	-	-	-	1
Integralização de capital social subscrito	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	256	256
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(64)	(64)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	192	(192)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>192</u>	<u>-</u>	<u>193</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	188	188
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(47)	(47)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	141	(141)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>333</u>	<u>-</u>	<u>334</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		188	256
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Atualização investimento	13	(77.154)	(50.114)
Encargos e variações monetárias por emissão de debêntures	13	76.770	49.730
Lucro líquido ajustado		(384)	(384)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		(227)	-
Tributos a compensar		(8)	-
Outros ativos		(219)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		841	43
Tributos a compensar		-	(4)
Outros ativos		-	(22)
Fornecedores		14	7
Partes relacionadas		(51)	54
Obrigações fiscais		(8)	8
Obrigações na aquisição de recebíveis		886	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		418	(85)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		43.511	384
Aquisições de ações		-	(550.000)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		43.511	(549.616)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital Integralizado no período		-	-
Obrigações por emissão de debêntures		(43.512)	550.000
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(43.512)	550.000
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		417	299
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		300	1
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período		717	300
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		417	299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		-	149
Receita dos recebíveis adquiridos		-	149
Insumos adquiridos de terceiros		(221)	(259)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	12	(221)	(259)
Valor adicionado bruto		(221)	(110)
Valor adicionado líquido produzido		(221)	(110)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	13	77.200	384
Valor adicionado a distribuir		<u>76.979</u>	<u>274</u>
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições		21	18
Juros pagos a debênturistas	13	76.770	-
Dividendos		47	64
Lucro líquido do exercício		141	192
Valor adicionado distribuído		<u>76.979</u>	<u>274</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Informações gerais e contexto operacional

A IFIN Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em Assembleia de 29 de setembro de 2020 sob a antiga denominação de IFIN Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP.

Em AGE de 16 de julho de 2021, os acionistas deliberaram pela aprovação da alteração da razão social da Companhia para a denominação atual e reforma do estatuto, deliberando, entre outros atos sociais, pela alteração do objeto social, e pela submissão de pedido de registro de Companhia Aberta categoria “A” junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), dando início às suas atividades.

A Companhia tem como principais atividades: (a) a participação e investimento, por meio da aquisição de ações preferenciais, na CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Sala 14, Edifício Plaza São Lourenço, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ sob nº 39.744.262/0001-04 e (b) a participação e investimento, de forma indireta, por meio de debêntures, em concessionárias de serviço público de saneamento básico.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de junho de 2021, os acionistas da Companhia deliberaram pela realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real no valor de R\$ 550.000, os quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

A garantia real decorre dos recursos provenientes da 1ª emissão das debêntures terem sido utilizados para aquisição de debêntures emitidas pela AEGEA Saneamento e Participações S.A., que posteriormente foram substituídas, em sua totalidade, por ações preferenciais de emissão da CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., detidas pela Companhia e descritas no seu objeto social, acima.

Os resultados esperados, principalmente os de prestação de serviços vinculados a esta operação serão prestados e realizados em empresa coligada, e estão descritos nas notas explicativas 5, 6 e 7 - transações com partes relacionadas.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais estão consistentes e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2. Bases de apresentação

2.2.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

2.2.4. Consolidação das demonstrações financeiras

A Companhia não elabora demonstrações financeiras consolidadas com o investimento na CAMASTRA, em função de não ter influência na administração da investida, não possuir representantes nos órgãos de administração nem participar de reuniões do conselho de administração, não possuir ações com direito a voto, nem participar das definições de estratégias de negócios, bem como não influencia a política de distribuição de resultados, excetuando os dividendos obrigatórios e acordo de acionistas firmado entre as partes.

2.2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, individuais, teve autorização pela administração em 13 de abril de 2023.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros

São ativos financeiros com fluxos de recebimentos calculáveis que não são cotados no mercado ativo, particularmente as ações adquiridas como investimento descritas no objeto social da Companhia e mencionadas nas Notas Explicativas nºs 1 e 5. Tais ativos foram reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, o investimento é mensurado mensalmente pela metodologia prevista no acordo de acionistas, com indexação à variação do índice IPCA, acrescida de um spread inicial, e sua variação reconhecida como receita financeira do exercício.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros avaliados a valor justo, nem por meio do resultado, nem por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter tais investimentos com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São classificados nesta categoria as aplicações relativas ao fundo de reserva da operação de emissão de debêntures.

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no CPC 48, que são:

- a. Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- b. Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.

- c. Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

3.2.2. Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; e
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - ✓ O valor da provisão para perdas; e
 - ✓ O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47;
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - ✓ O valor da provisão para perdas; e
 - ✓ O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida;

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.3. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas demonstrações financeiras, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, mas divulgadas em notas explicativas.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O Imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$240 no ano, e a contribuição social de 9% sobre o lucro tributável. Consideram ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O ativo de imposto de renda e contribuição social diferido, quando aplicável, é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável, são revisados a cada data de relatório e são reduzidos pela sua utilização ou na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.6. Resultado

As receitas e as despesas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência.

Receita operacional:

A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, deságios/ágios e atualização monetária sobre o investimento principal em ações mencionadas na nota explicativa nº1, calculados pelo resultado referencial previsto na operação, e pelo resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários.

As receitas de contratos com clientes, se houver, estabelecem um modelo que evidência se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas:

- i) A identificação do contrato com o cliente;
- ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- iii) A determinação do preço da transação;
- iv) A alocação do preço da transação; e
- v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

Deste modo, o momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das operações contratadas e/ou dos respectivos instrumentos de debêntures para os quais oferecem alienação fiduciária. Em condições normais, a transferência dos riscos e benefícios se dá na emissão das Debêntures para as quais a Companhia não oferece qualquer garantia de retorno aos investidores. Nessa oportunidade, exceto pelas receitas operacionais que ainda serão auferidas pela Companhia ao longo do prazo da operação, as receitas já auferidas são reconhecidas e o respectivo caixa transferido.

Resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários:

As receitas abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Quando aplicável, as despesas abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros:

Despesas operacionais

A despesa operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, ágio/deságio e atualização monetária apuradas na emissão de debêntures, bem como demais despesas vinculadas diretamente à emissão desses instrumentos de dívida.

Essas despesas são reconhecidas na Companhia quando existe evidência convincente: (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à titularidade dos créditos foram transferidos para os investidores; (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos de emissões puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que ganhos adicionais serão oferecidos aos investidores e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o ganho é reconhecido como uma elevação da despesa operacional conforme as demais despesas vinculadas às emissões sejam reconhecidas.

3.7. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.8. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.10. Novas normas e interpretações efetivadas no período:

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
2º de maio de 2022	Resolução CVM nº 60

A partir de 02 de maio de 2022 entrou em vigor a Resolução CVM nº 60/22, com algumas alterações em relação ao conjunto de normas vigentes para as companhias securitizadoras até então, onde as referidas companhias são obrigadas à sua adoção em até 180 dias após a vigência.

A Administração efetuou análise criteriosa do referido normativo e identificou que as questões reguladas de maior impacto na operação das Companhias Securitizadoras possuem caráter administrativo e de governança, sem impactos contábeis, e podem ser divididas em cinco, quais sejam:

- (i) Categorias de registro;
- (ii) Requisitos para órgãos estatutários;
- (iii) Procedimentos de obtenção, suspensão e cancelamento de registro perante a CVM;
- (iv) Prestação de serviços; e
- (v) Obrigações gerais - incluindo determinações sobre a retenção de saldos das operações.

Na opinião da Administração a adoção das medidas constantes da norma será imediata e não produzirá alterações significativas nas operações em curso apresentadas nas demonstrações financeiras ora apresentadas.

Mudanças nas principais políticas contábeis:

As novas normas ou alterações de normas e interpretações que foram efetivas no ano de 2022, não trouxeram impactos nos processos da Companhia, estas foram consignadas no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 06 (R2), CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

Novas normas e interpretações ainda não efetivas:

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada as novas normas ou alterações de normas e interpretações que serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 por entender que estas, relacionadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia e suas Controladas:

- Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração";
- Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação;
- Alteração na norma IFRS 10/ CPC 36 - R3 e IAS 28/ CPC 18 - R2 - tratam situações entre investidor, coligadas ou joint venture, ganhos e perdas resultantes na perda de controle, na remensuração de investimento entre outros aspectos relacionados;
- Alteração na norma IAS 1/ CPC 26 - R1 - divulgação de políticas contábeis referente a julgamento da materialidade, alterando o requerimento para divulgação políticas contábeis significativas para políticas contábeis relevantes; e
- Alteração na norma IAS 1/ CPC 26 - R1 - Alteração classificação de passivos como circulante ou não-circulante.

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo em conta corrente	11	-
Aplicações automáticas em conta corrente	706	300
Total do investimento	<u>717</u>	<u>300</u>

5. Investimentos ao custo amortizado

Refere-se a 550.000 ações preferenciais da companhia CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., adquiridas com a finalidade de investimento, conforme previsto nos objetivos sociais da Companhia, atualizadas pela variação do índice IPCA, acrescido da taxa de 7,60% a.a., conforme metodologia prevista no acordo de acionistas, que trata da distribuição de dividendos a que tem direito a Companhia como investidora, rendimentos estes que deverão suprir a atualização das debêntures emitidas, bem como as despesas necessárias para a manutenção da Companhia.

As ações adquiridas, bem como os riscos e benefícios associados, estão vinculadas às debêntures emitidas (nota nº 6), em face de alienação em regime fiduciário em favor dos debenturistas.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Rendas a receber de investimento	46.170	49.730
Saldo Circulante	46.170	49.730
550.000 Ações CAMASTRA Participações e Administração S.A.	550	550
Ágio na subscrição de ações	549.450	549.450
Rendas a receber de investimento	36.633	-
Saldo não circulante	586.633	550.000
Total do investimento	<u>633.373</u>	<u>599.730</u>

Os rendimentos previstos e recebidos, além do valor principal do investimento, serão utilizados para liquidação das debêntures emitidas. Não havendo tais recebimentos, o vencimento das debêntures será automaticamente postergado até que haja a liquidação financeira desses ativos, ou então estes ativos serão utilizados para liquidação das debêntures pelo seu valor de registro contábil.

Conforme acordo de acionistas, poderá ser requerido à Companhia realizar a venda destas ações aos demais acionistas da investida, cujo preço de referência será determinado pelo total investido inicial, acrescido das taxas de referência utilizadas para sua atualização, prêmio e spread adicional, a ser apurado, devendo esta operação ser utilizada para liquidação das debêntures, não cabendo ao debenturista eventuais diferenças nos valores apurados, sendo o valor das ações como sendo justos para sua liquidação.

6. Debêntures emitidas

Refere-se à primeira emissão de 550.000 debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, com garantia real das ações mencionadas na nota explicativa 5, no montante total inicial de R\$ 550.000, sobre as quais incidem a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), acrescidos de juros de 7,10% a.a., calculados desde a data de emissão, e com prazo final em 15 de setembro de 2033.

Os prazos de amortização definidos na escritura de debêntures iniciam-se em 14 de junho de 2024 e se encerram em 14 de junho de 2033, tendo como cronograma o mesmo estabelecido no acordo de acionistas, nas seguintes proporções em relação ao saldo devedor:

Data da amortização	Valor em 31/12/2022	Valor em 31/12/2021
	-	
Até 1 ano	45.149	49.730
Total circulante	45.149	49.730
Acima de 1 até 2 anos	14.696	13.750
Acima de 2 até 3 anos	28.657	26.813
Acima de 3 até 4 anos	54.449	50.944
Acima de 4 até 5 anos	73.506	68.774
Acima de 5 até 6 anos	83.306	77.944
Acima de 6 até 7 anos	83.306	77.944
Acima de 7 até 8 anos	74.976	70.149
Acima de 8 até 9 anos	69.977	65.473
Acima de 9 até 10 anos	52.483	49.105
Acima de 10 até 11 anos	52.483	49.104
Total não circulante	587.839	550.000

Os recursos para o pagamento das debêntures decorrerão do fluxo de pagamento, decorrente da propriedade, alienação e percepção de rendimentos derivados das Ações Preferenciais mencionadas na Nota Explicativa nº 5, que constituem garantia real da emissão, cuja alocação observará a seguinte ordem:

- (i) composição e/ou recomposição, conforme o caso, do Fundo de Despesas;
- (ii) pagamento de despesas ou custos de gestão e/ou manutenção da Emissora, inclusive os derivados da propriedade, alienação e percepção de rendimentos derivados das Ações Preferenciais, se aplicável;
- (iii) pagamento das obrigações financeiras assumidas pela Emissora; e
- (iv) pagamento de obrigações derivadas do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$)

Os juros e atualização monetária da emissão são liquidados anualmente, em até 1 dia útil contado da disponibilidade dos recursos advindos da remuneração referencial das ações em favor da Companhia, calculados conforme Nota Explicativa nº 5, pelos valores incorridos no período.

A liquidação antecipada das debêntures terá como liquidação a entrega das ações da CAMASTRA em dação de pagamento utilizando seu valor justo, não cabendo ao debenturista eventuais diferenças nos valores apurados, sendo o valor das ações como sendo justos para sua liquidação.

7. Transações com partes relacionadas

A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal chave da administração, além destes na pessoa física. Na data das demonstrações financeiras não houve resultados entre a Companhia e quaisquer empresas ou pessoas ligadas, e as seguintes operações estavam registradas nos ativos e passivos da Companhia:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos	-	<u>2</u>
Valores a ressarcir de empresa ligada (*)	-	2
Passivos	1	54
Valores a reembolsar a empresa ligada (**)	<u>1</u>	<u>54</u>

(*) Ativo junto a empresa coligada IFIN II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, no montante de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021, e liquidadas no exercício de 2022;

(**) Passivo junto a empresa ligada ao controlador VIRGO Companhia de Securitização, em razão de despesas iniciais correntes que foram pagas por aquele, por conta e ordem da Companhia, no montante de R\$ 54 em 31 de dezembro de 2021, e liquidadas no exercício de 2022.

Conforme descrito na nota explicativa 1, a operação principal prevê que a gestão ficaria a cargo da coligada Virgo Companhia de Securitização para a gestão da operação decorrente do seu objeto social, o que correspondeu ao repasse do montante de R\$ 205, dos quais R\$ 89 transitaram por despesa da Companhia, registrados na rubrica "outras despesas administrativas" e R\$ 116 custeados diretamente pelo fluxo da operação.

O investimento principal da Companhia na CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. não concede influência da Companhia sobre sua gestão, não dá direito de voto, não compõe o mesmo grupo econômico, não é entidade controlada ou controlada em conjunto por qualquer entidade membro do grupo econômico, não se encontram sob controle comum de uma terceira entidade ou pessoas ligadas ao controlador.

A despeito deste fato, nenhuma transação foi realizada entre a Companhia e a Investida durante o exercício, que não fosse o fluxo de dividendos recebidos no período, que totalizaram R\$ 46.484 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

8. Remuneração dos administradores

Não houve remuneração a administradores no curso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

9. Fundo de despesas

Refere-se a valores retidos para compor o fundo de despesas previsto na escritura de debêntures, e serve para garantir o cumprimento das obrigações vinculadas a (ii) pagamento de despesas ou custos de gestão e/ou manutenção da Emissora, inclusive os derivados da propriedade, alienação e percepção de rendimentos derivados das Ações Preferenciais, se aplicável; (iii) pagamento das obrigações financeiras assumidas pela Emissora; e (iv) pagamento de obrigações derivadas do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora, no montante de R\$ 886 (R\$ - em 31 de dezembro de 2021).

10. Patrimônio Líquido

10.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 1, divididos em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

10.2. Destinação do resultado

A reserva legal é constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo de 20% do capital social da Companhia.

A reserva legal constituída no primeiro exercício social atingiu o limite descrito no parágrafo acima, não sendo constituídas novas reservas.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 47 (R\$ 64, em 31 de dezembro de 2021).

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais - R\$)

O saldo de lucro remanescente relativo ao exercício de 2022, após o provisionamento do dividendo mínimo obrigatório, o montante de R\$ 141 (R\$ 192, em 31 de dezembro de 2021), foi destinado à retenção de lucros com destinação quando os investimentos realizados se tornarem líquidos e poderem ser distribuídos como dividendos.

11. Resultado por ação

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um lucro de R\$ 188 (R\$ 256 em 31 de dezembro de 2021), dividido pela média ponderada das ações no mesmo período, que é de 1.000 ações, representou um lucro de R\$ 187,85888 por ação.

12. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Publicações	5	14
Serviços do sistema financeiro	103	157
Serviços técnicos especializados	113	87
Total	<u>221</u>	<u>258</u>

13. Resultado financeiro

As receitas financeiras são constituídas, principalmente, pelo reconhecimento dos valores a receber relativos ao investimento CAMASTRA, conforme metodologia descrita na Nota Explicativa nº 5, no montante de R\$ 77.200 (R\$ 50.114, em 31 de dezembro de 2021) no exercício.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 76.770 (R\$ 49.730, em 31 de dezembro de 2021), constituídas de atualização monetária e juros incorridos sobre as debêntures emitidas, conforme descritas na Nota Explicativa nº 10.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	188	256
Adições:		-
Exclusões:		-
Provisões dedutíveis no exercício	(77.154)	(50.114)
Base antes da compensação de prejuízos	-	-
Compensação de prejuízo fiscal		
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	(76.966)	(49.858)
IRPJ - Alíquota de 25%	-	-
CSLL - Alíquota de 9%	-	-
Imposto de renda e contribuição social do período	<u>-</u>	<u>-</u>

15. Gerenciamento de riscos

Visão geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais serão incluídas tão logo sejam realizadas operações decorrentes de seu objeto social.

Especificamente quanto aos ativos com liquidez, estes são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de resgate automático, para cobertura das obrigações assumidas.

No modelo de operações da Companhia, não há hipótese de descasamento de fluxo financeiro.

Estrutura do gerenciamento do risco

A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação dos riscos operacionais; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.

Como resultado, alguns riscos inerentes à atividade da Companhia, não são identificados nas operações e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

- a) Risco de mercado - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é anulado em face da compatibilidade entre os investimentos realizados e a emissão de debêntures para o financiamento daqueles, uma vez que se utilizam de garantias entre si de fluxo de caixa e retorno, amparadas em acordo de acionistas. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa de liquidez diária e tem seus saldos ajustados a valor de mercado.

- b) Risco de crédito - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco o investimento realizado é co-dependente da emissão de dívida por meio das debêntures, sendo que os fluxos de caixa proveniente dos investimentos estão plenamente compatíveis com o fluxo de caixa esperado para a amortização da dívida, sem riscos associados à Companhia. Qualquer situação que possa envolver insolvência no investimento, os efeitos serão transferidos aos debenturistas investidores, conforme os termos da escritura de debêntures. O risco de crédito dos ativos de liquidez é minimizado em função do baixo risco de insolvência da instituição financeira depositária dos valores.
- c) Risco de liquidez - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de caixa entre o investimento principal e a alavancagem na emissão de debêntures. Para as despesas correntes, as reservas disponíveis são consideradas suficientes.
- d) Pré-pagamentos - O risco derivado de eventuais pré-pagamentos advindos do investimento principal, incomum em operações desta natureza, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos (debêntures) que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações recebidas.
- e) Risco operacional - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento dos investimentos e captações de recursos, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática, são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

16. Serviços prestados pelo auditor

Em atendimento às normas da CVM, a Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame das demonstrações financeiras.

17. Eventos subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), decidiu pela constitucionalidade da cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) em relação a todos os contribuintes pessoa jurídica, fato que já havia sido apreciado e julgado como contribuição devida desde o ano de 2007.

Sobre este assunto, a Administração declara não haver impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no presente e no futuro, uma vez que sempre apropriou e recolheu a referida contribuição.

Em janeiro de 2023 foi recebido o montante de R\$ 23.160 referente aos dividendos pagos pela Camastra, cujos recursos foram utilizados parte para recomposição do fundo de reserva e pagamento de comissão e o restante, R\$ 22.605, para amortização e liquidação parcial da remuneração das debêntures emitidas pela Companhia.

A Administração efetuou a análise e declara não haver mais eventos subsequentes ou outros assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2022 que devessem ser reconhecidos ou divulgados.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Revisamos o presente relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, da IFIN PARTICIPAÇÕES S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos exercícios apresentados.

SÃO PAULO, 13 DE ABRIL DE 2023

Daniel Magalhães

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Pedro Paulo Oliveira de Moraes

DIRETOR

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados da revisão, concordamos com as conclusões expressas no relatório elaborado pela BDO RCS Auditores Independentes SS, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sem que exista qualquer discordância quanto a essas conclusões.

SÃO PAULO, 13 DE ABRIL DE 2023

Daniel Magalhães

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Pedro Paulo Oliveira de Moraes

DIRETOR